



ENCICLOPÉDIA
MULHERES NA FILOSOFIA



Blogs Unicamp

Leolinda Daltro

Elaine Pereira Rocha

Edição eletrônica URL:

ISSN: 2526-6187

Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V.
7, N. 4, 2025, pp. 1-16.

Leolinda de Figueiredo Daltro **(1858-1935)**

Elaine Pereira Rocha

Professora Titular da University of the West Indies, Jamaica.

Lattes

Leolinda de Figueiredo Daltro nasceu na pequena cidade de Nagé, no Recôncavo Baiano, por volta de 1858. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro no final do período imperial, com sua família. Exerceu o magistério por mais de cinco décadas: entre a escola pública – como professora primária, primeiro para meninos e meninas, posteriormente apenas para jovens do sexo feminino, destacou-se também na educação indígenas, tendo atuado durante um breve período na região do Xingu, entre 1894 e 1895, e na capital federal, quando abrigou indígenas que saíram de suas aldeias para viverem no Rio de Janeiro. Dona Leolinda Daltro, como ficou mais conhecida, destacou-se na passagem do século XX por suas ideias e práticas na educação de moças e na educação de indígenas. Sua carreira profissional e seu nacionalismo a levaram a se envolver na política brasileira, primeiro como espectadora e admiradora do Império, depois como entusiasta apoiadora da nascente República e da proposta Positivista, e finalmente como militante política, candidata a cargos políticos e defensora do voto feminino. Faleceu em 1935, em decorrência de um acidente automobilístico no movimentado centro da capital do Brasil.

1. Professora Cidadã

O nome da professora Leolinda Daltro começou a aparecer com frequência nos jornais do Rio de Janeiro no ano de 1896, associado à presença de um grupo de indígenas oriundos do estado de Goiás, que reivindicavam uma audiência com o governo republicano. Mas, ela já era uma personagem conhecida na imprensa por seu envolvimento nas celebrações públicas e eventos cívicos, aos quais comparecia com seus alunos uniformizados e preparados para recitar poemas em louvor à Pátria ou a algum líder político. Eles participavam em desfiles políticos e faziam homenagem a heróis falecidos, chamando a atenção também em exposições pedagógicas e eventos afins. Na imprensa carioca, seu nome esteve em evidência por mais de trinta anos, desde o debate sobre a política indigenista que o recém-formado governo republicano deveria

adotar, ampliando seu enfoque com propostas de uma educação cívica e profissionalizante para as mulheres – que já vinha sendo discutida por outras educadoras no Brasil e no exterior (Jordan, 1991; Hahner, 1980), a começar por [Mary Wollstonecraft](#) (1992), autora do primeiro livro sobre os direitos das mulheres, publicado em 1792, entrando definitivamente na política em 1909, apoiando a candidatura do Marechal Hermes a presidente, passando a defender publicamente a participação direta do Brasil na Primeira Guerra Mundial e a formação de batalhões femininos, e a defesa do voto feminino, a partir de 1910. Entre 1893 e 1935, participou ativamente de atos políticos no Rio de Janeiro, ora acompanhada por seus estudantes indígenas, ora acompanhada por suas alunas ou mesmo por ambos. Com eles, participava de desfiles e celebrações cívicas, fazia manifestações públicas, apresentava-se em teatros e em ambientes políticos como a Câmara dos Deputados ou gabinetes de autoridades políticas.

Dona Leolinda Daltro tinha grande consciência de sua cidadania e de sua importância como educadora de futuras cidadãs e cidadãos. Ela viveu em uma sociedade em constante mudança. As últimas décadas do Império foram marcadas pelo desenvolvimento urbano, pela construção de ferrovias e pela modernização dos portos. Ao final do século XIX, a imprensa também se desenvolvia aceleradamente, com jornais, almanaques, revistas e a incorporação da fotografia e de novas tecnologias que permitiam o recurso da ilustração, atraindo mais leitores.

A partir de 1835, instituições de ensino voltadas para a educação de jovens das classes mais altas começaram a surgir nas cidades mais importantes, muitas delas ainda dirigidas por religiosas e religiosos, e algumas dedicadas à educação de meninas e jovens. Elas ofereciam a educação básica e em alguns casos a possibilidade da formação para o magistério. Isso fomentou o mercado editorial e ampliou as oportunidades para o desenvolvimento da literatura brasileira, com grande apoio do Imperador D. Pedro II.

Durante a Guerra do Paraguai, foram oferecidas, na Bahia, bolsas de estudos para filhos e filhas de voluntários como incentivo para ampliar o número de soldados alistados no exército nacional. Especula-se que Leolinda Daltro tenha sido uma das crianças beneficiadas por tal oportunidade, porque, de acordo com suas declarações, seu pai foi um combatente da Guerra do Paraguai. Nas escolas, estudantes aprendiam sobre o Brasil e a grandeza do Império, o civismo era parte importante do currículo.

Logo após a Proclamação da República, o país vivia o ufanismo da construção da *nova nação*, louvando a figura mítica do indígena como elemento mais puro da nossa brasilidade, porém, as políticas indigenistas e as ações contra populações indígenas colocavam esses povos em constante situação de risco. Choques entre sertanejos e aldeias indígenas eram comuns, assim como ataques armados, epidemias, e internamento compulsório de crianças indígenas em educandários ou orfanatos. As missões civilizadoras eram frequentemente denunciadas por

abusos e líderes indígenas buscavam representantes do governo denunciando a situação e pedindo providências.

As atividades políticas de Leolinda Daltro apontam para uma grande convicção sobre sua cidadania, seu direito e seu dever de pertencimento à ordem política. Se ao final do Período Imperial ela se orgulhava da visita da Princesa à escola onde lecionava, já nos primeiros anos da República, manifestava seu apoio ao novo Regime. Sua astúcia para tecer redes de apoio político se beneficiou da presença de uma importante classe média intelectualizada, formada por imigrantes baianos que chegaram na capital a partir de 1870 uma onda migratória vinda da Bahia alimentou uma classe média intelectual e politizada que teve grande influência na República Velha (Gomes, 2003; Sampaio, 2009). Entre os baianos que chegaram à capital do Império havia muitos professores e professoras, como Leolinda de Figueiredo Daltro, que chegou à capital com seu marido e filhos, em 1887.

Um dos mais importantes intelectuais republicanos que tiveram grande influência na formação do governo republicano foi Quintino Bocaiuva, filho de um baiano, nascido no Rio de Janeiro. O jornalista chegou a ocupar os cargos de Ministro das Relações Exteriores, dos Transportes e da Agricultura nos primeiros dez anos da República, sendo nomeado Presidente do Estado do Rio de Janeiro, cargo que exerceu entre 1900 e 1903. De alguma maneira, a professora conseguiu se aproximar do importante político, chegando a tê-lo como padrinho de sua filha mais nova, Áurea Daltro, nascida em 1893. A aliança entre Bocaiuva e Leolinda foi essencial em seu projeto de estabelecer uma escola para indígenas no sertão do Brasil. Ainda que o político conservador criticasse abertamente a proposta da professora, ele concordou em ser o guardião de sua filha, afilhada dele, enquanto a professora estivesse em excursão pelos sertões, conforme ela documentou em suas memórias.

2. Positivismo e Patriotismo

A partir de 1870, com o final da Guerra do Paraguai, o Brasil vinha se modificando social, econômica e politicamente. O regime escravista entrou em declínio e se desfez em 1888, enquanto o poder dos militares se ampliava. A filosofia positivista propunha grande enfoque nas ciências como forma de adquirir conhecimento e defendia que o progresso moral e científico da sociedade só seria alcançado através da ordem social ganhava grande influência entre os militares e a expansão das academias militares criou uma elite intelectual militar que contribuiu para a disseminação da filosofia positivista no Brasil. Líderes militares publicaram livros,

envolveram-se na política e, principalmente após a proclamação da República, em 1889, participaram ativamente na elaboração de planos de governo.

Entre 1865 e 1890, ocorreu um grande crescimento na produção cultural elitizada no Brasil, que atingiu as artes plásticas, a música e a literatura. Surgiu o *Indianismo* brasileiro, que marcou a produção artística: os indígenas brasileiros eram retratados como heróis originários, muitas vezes inspirados na visão de Jean-Jacques Rousseau do “Bom Selvagem”. Pinturas, como *O Último Tamoio*, e outros de Rodolfo Amoedo, esculturas, como Alegoria ao Império, de Chaves Pinheiro, na poesia *I Juca Pirama*, de Gonçalves Dias, e romances literários como *O Guarani*, de José de Alencar, são exemplos de uma produção artística que ressalta os indígenas como heróis originários e influenciavam a opinião pública.

A professora Leolinda Daltro cresceu e estudou no período em que a influência positivista estava em ascensão, Vivenciou o período *Indianista* que se estendeu até os anos 1920. atuava como professora no Rio de Janeiro quando foi instaurado o regime republicano, prometendo o progresso e a modernização do país. Sua admiração pelos militares e pela proposta feminista está clara em suas ações políticas e em seu discurso. Em suas memórias, ela ressalta a influência da obra do General Couto de Magalhães - militar positivista que desenvolveu projeto de integração entre os indígenas da então província de Goiás - em sua decisão de partir para os sertões e abrir uma escola para indígenas:

Despertara nessa época as minhas latentes aspirações, de me internar pelos sertões do Brasil afim de observar a vida e os costumes das populações indígenas com todo o seu maravilhoso ineditismo de hábitos e religiões, a leitura que fizera do excelente livro "O Selvagem" do General Doutor Couto de Magalhães. (Daltro, 2021, p. 37).

O livro de Couto de Magalhães, *O Selvagem: trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por elle occupado no Brasil*, publicado em 1876, foi baseado nos anos de convivência com populações indígenas do interior do país, quando foi encarregado de estudar as populações do vale do rio Amazonas, chegando a exercer o cargo de governador da Província de Goiás e a ser coproprietário de uma empresa de navegação no rio Araguaia. Couto de Magalhães, que influenciou intelectuais e artistas indianistas, teve forte influência sobre os positivistas. Apesar disso, sua proposta de intervenção em sociedades indígenas não era muito diferente da proposta jesuíta, que visava incorporar os indígenas à força de trabalho nacional. A proposta de Couto de Magalhães diferencia a dos jesuítas por ressaltar a participação de leigos no processo, mas grande parte dos princípios são católico-cristãos, centralizados na educação para a integração nacional como trabalhadores braçais. Em grande

parte, Rondon e Leolinda Dalto reproduziram este projeto, que por fim, influenciou a formação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1910.

Anterior à sua experiência indigenista, a professora Leolinda Dalto ganhou visibilidade a partir dos primeiros anos da República, quando começou a aparecer nos jornais do Rio de Janeiro, sempre em eventos ligados à política e ao nacionalismo. Com seus alunos, ela participava em desfiles e eventos políticos de apoio à República, como o reconhecimento de Tiradentes como herói nacional em 1890. Conforme ela ressaltou, em 1909:

Mencionarei ainda uma coroa também de folhetas douradas, louro e cipreste, colocada pelos meus alunos no pedestal da estátua do Visconde do Rio Branco, por ocasião da sua inauguração, como justo preito de homenagem ao grande estadista que foi um dos máximos fatores da abolição do elemento servil. Outra coroa, representando uma força, encimada por um barrete frígio, feita de delgadas folhas de flandres, esmaltadas de variegadas cores, sobre um pedestal artístico com expressiva legenda, confeccionados pelos meus alunos, conduzidos em andor e colocados no local, onde foi supliciado o protomártir da República, no dia do seu primeiro festival comemorativo. (Dalto 2021, p. 33-34).

Em 1896, o jornal *O Paiz* (propriedade de Quintino Bocaiuva) publicou várias reportagens sobre um grupo de índios Xerente que foi ao Rio de Janeiro para pedir proteção ao Presidente da República e, segundo o jornal, foi negligenciado pelas autoridades locais. As denúncias de negligência incluíam a hospedagem desses índios na cadeia e levantaram protestos de homens e mulheres indignados com o tratamento destinado aos indígenas. Dona Leolinda Dalto, clamando seu dever de cidadã brasileira e professora, foi até a cadeia para visitá-los e condenou a situação dos indígenas. Ela também declarou que iria pedir ao governo que lhe autorizasse a partir para os sertões do Xingu, onde iria montar uma escola para educar e civilizar indígenas (Dalto, 1920).

3. Cidadania, Magistério e Indigenismo

Sem conseguir o apoio financeiro do governo federal para sua “missão civilizadora”, e apenas com os recursos provenientes de seu salário como professora da rede pública, da qual pedira licença, a professora Dalto contou com o apoio de jornalistas para promover uma campanha com a intenção de arrecadar fundos para sua viagem e para financiar o projeto nos sertões. Durante os meses em que a campanha se desenrolou, foi chamada de missionária pelos jornalistas que viam algo de sublime em sua decisão de dedicar-se à “civilização” daqueles

indígenas, recebendo apoio de diferentes segmentos da sociedade carioca, paulista, mineira e de regiões mais distantes da capital onde vivia.

Houve também muitas críticas e escândalo pelo fato de uma mulher se propor a viajar sozinha na companhia de homens indígenas, problema parcialmente solucionado pela companhia de seu filho, de 18 anos, e de José Pereira, que a imprensa chamou de “seu agregado” ou de “seu ex-escravo”, mas que a pesquisa revelou tratar-se provavelmente de um familiar que já vivia com a família desde os tempos da Bahia. Leolinda de Figueiredo Daltro nunca foi proprietária de escravizados.

Com seu temperamento intempestivo, teve que lidar com as duras críticas da opinião pública, de políticos e de colegas de magistério, que relutavam em aceitar que uma mulher deixasse seu lar e filhos para aventurar-se pelos sertões em companhia de indígenas e que ousasse retornar e disputar espaço político com os homens. Foi louvada e caricaturada. Santa, anjo, excêntrica, monomaniaca, visionária, heroína, louca de hospício, doce mãe, aproveitadora, herege e anticristo foram alguns dos títulos que recebeu de admiradores e desafetos. Em sua defesa de uma “catequese civilizadora laica”, ou seja, que não envolvia o ensino religioso, entrou em conflito ideológico com religiosos. Ao retornar ao Rio de Janeiro, trouxe consigo alguns de seus alunos e alunas indígenas, com quem era vista em vários eventos públicos e em repartições do governo, aonde ia frequentemente em busca de apoio para seus projetos.

Colecionou muitos admiradores, que louvaram seus talentos, sua personalidade e sua atuação em prol da nação, considerando seus feitos como atos de extrema bravura, altruísmo e patriotismo. Muitas dessas manifestações estão reunidas em sua obra “*Da Catechese dos índios no Brasil: notícias e documentos para a história*” (DALTRO, 1920), uma espécie de livro de memórias nos quais estão reunidos inúmeros documentos extraídos de jornais, depoimentos e abaixo-assinados de pessoas que testemunharam a atuação de Leolinda em prol dos indígenas. Como no atestado escrito pelo Juiz da Comarca da Capital de Goyaz, Manoel Lopes de Carvalho Ramos, em seu favor:

Attesto que a Exma. Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro, professora publica no Districto Federal, temporariamente residente neste Estado, há mais de dois annos – merecedora do maior acatamento pela severidade e moralidade de seus costumes, é digna de justa admiração por sua coragem e denotada abnegação de seu espírito culto – impõe-se á estima e consideração pública [...] (Daltro, 1920, p. 287).

O discurso de apoio à proposta de missão civilizadora da professora Daltro está ligado à visão positivista de valorização da mulher como educadora primordial, responsável por guiar os novos cidadãos da República. Nesses termos, o amor maternal se estende no amor – idealizado –

das professoras pelos alunos, e é a manifestação do pensamento positivista do “amor por princípio”. Os indígenas da expedição liderada por Daltro eram sempre retratados como “bons selvagens”, que poderiam ser guiados através do amor e da educação para integrarem-se na sociedade nacional e exercerem seu papel de patriotas.

O projeto indigenista de Leolinda Daltro era muito parecido com o que foi apresentado pelo General Couto de Magalhães quase meio século antes, centralizado na civilização dos povos indígenas através da educação para o trabalho e para o exercício do patriotismo. Nos dois projetos, as balizas positivistas – “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim” – estão claras, assim como estariam alguns anos depois na proposta do Marechal Rondon e na fundação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

A professora passou quase quatro anos nos chamados sertões, transitando pelo que hoje seriam os estados de Goiás e Tocantins. Suas memórias reúnem correspondências de contatos de diversas vilas e cidades, mas pouca coisa sobre sua experiência como professora entre os indígenas. Segundo ela, teria enfrentado a oposição de missionários Capuchinhos que criaram obstáculos à sua missão e teriam sido os responsáveis por ameaças à sua vida e por influenciarem a opinião de outras pessoas contra ela. Ao retornar encontrou outras barreiras, porque a maioria dos políticos e governantes lhe recusava o direito de apresentar seu projeto indigenista.

Em 1900, Leolinda Daltro estava de volta ao Rio de Janeiro. Ainda envolvida em sua campanha em prol dos povos indígenas, ela participou de reuniões de apoio, enviou documentos para autoridades, requereu nomeação como Diretora de Índios, e criticou o patriarcalismo das instituições políticas que não lhe permitiam ocupar cargos políticos ou mesmo participar de congressos. Esteve presente, com um grupo de indígenas que sempre a acompanhava, em desfiles, festas, teatros e outros eventos públicos. Tudo como parte de sua estratégia para conquistar simpatia para sua causa e receber a referida nomeação. Queria retornar aos sertões, autorizada por nomeação política e com maiores recursos.

Durante várias décadas, a professora se envolveu em inúmeros debates, apresentou protestos públicos em defesa dos indígenas, andava pela capital da República com uma comitiva, visitava a redação dos jornais e dava palestras sobre seu projeto de instrução para o indígena brasileiro. Quando um indígena, protagonista da campanha de Leolinda Daltro desde 1896, faleceu em sua casa, em 1902, um novo debate sobre a educação dos indígenas surgiu. Muitos saíram em defesa dos planos da professora Daltro em retornar para os sertões. A polêmica, na qual a professora teve um papel ativo, levou à formação do Instituto de Proteção aos Indígenas Brasileiros, dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Leolinda não tardou a receber uma resposta do ministro, que louvava e reconhecia seus esforços em prol dos povos indígenas, mas alegava não poder atender ao pedido da professora devido à inexistência do cargo que ela pleiteava. Sem desistir do seu objetivo, e sempre acompanhada por um grupo de indígenas, aos quais vinham se somando novos indivíduos, vindos de diferentes partes do Brasil, a professora continuava a visitar políticos e a divulgar suas intenções através dos jornais.

4. Maternidade e Patriotismo

Há muito na história de Leolinda Daltro que remete à obra Jean-Jacques Rousseau (1999b); por um lado, a professora se orgulhava por ter educado mulheres indígenas para serem mães e família e homens indígenas para serem cidadãos e eleitores, como se lê abaixo:

Quatorze homens foram por mim educados, mantidos e qualificados ELEITORES. Quatro mulheres, duas das quais aqui ESTÃO PRESENTES, foram por mim também EDUCADAS E MANTIDAS até para a presente data, achando-se hoje transformadas em perfeitas MÃES DE FAMÍLIA. (Daltro, 2021, p. 43).

Neste sentido, ela reproduz a proposta de Rousseau, de que as mulheres deveriam ser educadas para exercerem o papel de esposas e mães, enquanto os homens deveriam ser educados para exercerem sua função natural de cidadãos (Rousseau, 1994; Rosado, 2016).

A afirmação da maternidade como vocação natural da mulher, que faz parte do discurso de Leolinda Daltro e de outras mulheres consideradas feministas que atuaram durante a República Velha, era um ponto importante da doutrina positivista. No caso dos indígenas, a educação deveria ser civilizatória, nos moldes da “Ordem e Progresso”, desse modo, a índia perfeita mãe de família e o índio eleitor seriam o ápice da transformação pela educação na visão positivista.

Por outro lado, percebe-se que a professora adotou o conceito rousseauiano de “bom selvagem”, que encontramos na obra de Couto de Magalhães (1876) e na literatura de José de Alencar (1943), parte pungente de seu discurso em defesa dos indígenas brasileiros e da educação como elemento civilizador, para a formação dos cidadãos.

Mais de um século depois, as mudanças sociais como a urbanização e a industrialização levaram à necessidade de educar jovens para atuar em novas funções. Nas últimas décadas do século XIX, a feminização do magistério criaria uma demanda por uma educação mais

aprimorada para as mulheres, incluindo as de classe média, já que se abria uma possibilidade nova de emprego num mercado de trabalho que restringia as oportunidades para elas. A professora Dalto foi uma das primeiras professoras a advogar publicamente a necessidade de se educar as mulheres, preparando-as para o mercado de trabalho, prevenindo as carências e degradações morais relacionadas à pobreza resultante da orfandade, da viuvez e do abandono.

Os princípios do positivismo apoiavam tais ideias, pois as mulheres eram consideradas a célula básica da educação do cidadão. Amparar as mulheres e conceder-lhes oportunidades de educação contribuía para a construção da sociedade moderna e ordenada que os positivistas almejavam. A doutrina positivista divulgada amplamente no Brasil também dizia que as mulheres eram moralmente superiores e naturalmente incorruptíveis, devido a seu instinto e amor maternal. Tais ideias foram a base do argumento de Leolinda Dalto para pleitear o cargo de Diretora de Índios e denunciar publicamente o fato de que o governo federal não queria acatar seus planos de indigenismo e de que não fora incluída na formação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, conhecido posteriormente como SPI.

[...] Gastei improficuamente os meus passos exibindo então todas as provas de meu trabalho. Reconheciam-n'os todos os Presidentes da Republica que se iam sucedendo no Governo, todas as autoridades com quem me entendia a respeito. Mas o reconhecimento dos meus serviços era uma simples manifestação de delicadeza. Logo que eu falava em obter um titulo official para proseguir no meu serviço de catechese leiga, a resposta era a mesma, tanto de Presidentes como de Ministros e Directores:- não havia verba [...] e não podia eu como mulher, ser para esse fim nomeada! [...] Havia, é claro, o reconhecimento do merito em contraposição ao sexo! (Dalto, 2021, p. 43).

Contraditoriamente, na visão da professora, foi a adoção dos ideais positivistas por parte das autoridades político-administrativas que a impediram de realizar seu intento:

Dificilmente conseguindo falar ao ministro, manifestei-lhe o desejo de ver realizada a sua promessa; mas... notai bem, minhas senhoras, o Sr. Rodolpho Miranda declarou-me achar-se todo o serviço de catequese entregue ao Coronel Cândido Mariano Rondon, e este, com certeza afirmou o ministro, não me aceitaria para este serviço por ele POSITIVISTA e, portanto, contrário à nomeação de MULHERES para cargos públicos. Estavam, pois, burlados os meus ideais! Acham-se assim, até hoje, cerceados os meus desejos de continuar a obra grandiosa da civilização indígena. A mulher tinha provado competência para o cargo; mas, o regime oficial e burocrático criava como entrave à nomeação, a condição do sexo da candidata! Recebi as palavras do ministro Rodolfo Miranda, como se fossem a declaração positiva da nulidade feminina, como se ouvisse uma legenda ignóbil da desmoralização do meu sexo! Senti, então, em mim despertar o espírito da revolta; compreendi ser necessária uma campanha persistente e tenaz no sentido de destruir o terrível preconceito!

Na opinião POSITIVISTA do Coronel Rondon, a mulher só tem competência para administrar o departamento culinário do lar, acalantar crianças, lavar e engomar, ou então passear pelas AVENIDAS, entregando-se aos prazeres do luxo e... e... basta. (Daltro, 2021, p. 46).

Esse seu empenho em favor da causa pública – a educação dos trabalhadores, o indigenismo e, posteriormente, o feminismo e a militância política – divergia das expectativas da sociedade em torno da mulher ideal, voltada para o privado, envolvida sempre nos afazeres domésticos e preocupada com o conforto de sua família. Ao longo das décadas, percebe-se que Daltro se afastava da proposta de Rousseau e da ordem proposta pelos positivistas, criando um *feminismo patriótico* que exaltava a maternidade e, ao mesmo tempo, reivindicava direitos políticos para as mulheres. A clareza com que percebia a discriminação contra as mulheres foi demonstrada em um documento por ela escrito e publicado pelo jornal *A Imprensa* em 19 de setembro de 1909:

Eu sou uma mulher!
Sabeis o que quer dizer isto?
Uma victima do abandono e da indifferença daquelles que dirigem os destinos sociaes e dos detentores do poder politico!
Eis o que justifica o meu interesse maternal por esses abandonados das selvas!
Perdoai-me, pois, que eu não possa dizer o que sinto! O melhor que possuímos na alma nunca podemos dizer! (Rocha, 2002, p. 269).

5. O Feminismo Patriótico de Leolinda Daltro

Em 1909, ela abrigava em sua casa 14 indígenas, que apresentava como seus educandos e filhos adotivos. Em março daquele ano, em entrevista ao jornal *O Paiz*, ela afirmou que seu amigo, o indígena Sepé, havia pedido aos seus companheiros, em seu leito de morte que fossem ao Rio de Janeiro para buscá-la, porque precisavam dela na aldeia. Aos sessenta anos e prestes a se aposentar, ela declarou que planejava manter-se com sua pensão, porém necessitava de fundos para custear a excursão e, mais uma vez, lançava um apelo ao público para angariar fundos. Porém, o salário de professoras e professores públicos naquele período era insuficiente para cobrir tais despesas, a pensão de aposentadoria poderia ser ainda mais reduzida. A estratégia era, mais uma vez, tentar um cargo público, com recursos e salário.

Parte de sua estratégia foi apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República na campanha política de 1909, na certeza de que, sendo vencedor, o Marechal a nomearia para uma Diretoria de Índios. Daltro contava com o apoio da esposa do candidato, Orsina da Fonseca, de quem vinha cultivando a amizade. Criou a *Junta Feminil*

Pró-Hermes-Wenceslau com o objetivo de angariar votos para o candidato, através da influência das mulheres no voto de seus maridos e filhos.

A atuação da Junta Feminil estendeu-se pelo ano de 1910 e alcançou apoio fora do Rio de Janeiro. Após as eleições que elegeram Fonseca, a liga foi renomeada como *Partido Republicano Feminil*, e suas filiadas continuaram a participar de atividades públicas. Porém, a nomeação de Leolinda Daltro a qualquer cargo dentro do recém-criado SPI não aconteceu, apesar de seus esforços e de um limitado apoio entre homens próximos ao poder, um resultado para o qual a morte de Orsina da Fonseca em 1912 pode ter contribuído.

Em 1911, quando ocorreu um apelo para a formação de um exército reserva para defender o Brasil, a professora mais uma vez participou ativamente. Naquele ano, ela fundou a *Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca*, dedicada ao ensino e profissionalização de mulheres, na qual estudantes aprendiam corte e costura (que incluía alfaiataria), enfermagem, tipografia, entre outras disciplinas. Com a campanha por abertura de Linhas de Tiro (para formar soldados reserva), a professora Leolinda Daltro criou a *Linha de Tiro Rosa da Fonseca*, ligada à escola, com cursos de esgrima, tiro e táticas de combate em campo de batalha; o programa de enfermagem, sob a coordenação de um médico, incluía resgate em campo de batalha e primeiros socorros. Os exercícios eram feitos nas ruas e praças do Rio de Janeiro, atraindo público. (Rocha, 2020).

Durante o debate sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, em 1917, as alunas da Escola Orsina da Fonseca marcharam pelas ruas uniformizadas como soldados ou enfermeiras. A professora ofereceu ao governo seus serviços para o estabelecimento de uma Guarda Municipal, que iria patrulhar as ruas do Rio de Janeiro, mantendo a segurança da capital quando os homens estivessem nos campos de batalha da Europa, a exemplo do que vinha acontecendo na Inglaterra, mas não obteve sucesso (Rocha, 2020).

Não se pode afirmar que o início da luta feminista no Brasil pretendesse uma profunda alteração nos papéis de gênero da sociedade brasileira. A família e, por extensão, a maternidade, eram nichos femininos intocáveis. Naquele período, a maioria das reivindicações das mulheres por participação política, educação e oportunidades de trabalho foi justificada pela maternidade. Mulheres reivindicavam o direito à participação política para dessa forma contribuírem na construção de um país melhor para seus filhos e poderem fazer um bom uso de seu voto, pois sabiam administrar seu lar e educar seus filhos e, portanto, deveriam saber o que poderia ser bom para o país (Trindade, 1996; Alves, 1977; Hahnner, 1981; 1990; Rocha, 2002).

Leolinda Daltro nunca minimizou seu papel de mãe. Seus filhos e filhas eram presença constante em seus eventos públicos e em seus projetos. Até mesmo os indígenas que conviveram com a professora passaram a chamá-la de “mamãe”, uma espécie de título que ela ostentava com

orgulho e que os jornais noticiaram com um superlativo: “mamãe grande”, em contraposição a “papai grande”, forma como o Estado se autodenominava perante os índios.

No início do século XX, quando a luta das sufragistas pelo mundo chegava aos jornais do Brasil, Dona Leolinda Daltro adicionou a causa do voto feminino à sua agenda política. A plataforma do partido se desenvolveu naquela direção e as mulheres que o formavam passaram a reivindicar publicamente o direito ao voto, a exemplo das sufragistas de outros países. Segundo seu discurso, na primeira reunião da “Junta Feminil Pro Hermes-Wenceslau” em 1909, sua militância feminista foi uma consequência direta da recusa do governo em nomeá-la para o cargo público de indigenista.

Pensei então que era necessário, antes de tudo, despertar a mulher, promovendo o ideal da emancipação feminina.

Esperava eu um momento oportuno, quando surgiu o magno problema da eleição presidencial.

A Convenção de Maio veio reviver no meu espírito as esperanças mortas. Com a esposa do candidato indicado à presidência por essa convenção eu mantive durante algum tempo, as melhores relações pessoais; conheço a pureza do seu caráter e do seu coração magnânimo, e posso, de antemão, contar que ela apoiará com todas as forças da sua alma generosa o meu programa de emancipação social feminina. (Daltro, 2021, p. 47).

As mulheres do grupo liderado por Leolinda Daltro faziam pressão na Câmara dos Deputados, apresentavam-se em comícios públicos. Em 1916 compareceram em massa à Câmara dos Deputados para apoiar o projeto de lei do Deputado Maurício Lacerda, que defendia o direito das mulheres ao voto. Na mesma ocasião, Leolinda Daltro requereu seu registro como eleitora, mas apenas conseguiu tal direito em 1919.

Seu primeiro ato como eleitora foi candidatar-se ao cargo de intendente do Rio de Janeiro, equivalente a vereadora. Contudo, não foi eleita; os jornais, mesmo que louvando a iniciativa da professora, diziam antes mesmo da eleição que suas chances de ser eleita eram poucas. Sem demonstrar amargura após a derrota, ela declarou ao *Jornal do Brasil* que aquela havia sido apenas sua primeira experiência no jogo eleitoral, e que pretendia se candidatar novamente a outras posições políticas. Em 1920, se candidatou a Despachante Municipal, para o Rio de Janeiro, através de requerimento entregue ao prefeito Carlos Sampaio, no qual esclareceu:

Quando eu pratico um desses actos que os jornaes atacam e os outros consideram maluquices, não pretendo fazer exhibições, nem tenho em vista o meu proprio interesse, mas desejo forçar portas para que outras passem, e procuro estabelecer e firmar precedentes, que possam aproveitar à mulher. (Daltro, 2021, p. 59).

Em 1934, ano em que as mulheres brasileiras finalmente conquistaram o direito de voto, Leolinda Daltro apresentou-se mais uma vez como candidata, desta vez à Assembleia Constituinte, solicitando que as mulheres, agora sendo eleitoras, prestigiassem seu partido e apoiassem sua candidatura. Novamente não foi eleita. Morreu no ano seguinte, vítima de um acidente automobilístico. Familiares, amigos e admiradores manifestaram-se nos jornais do Rio de Janeiro, lamentando a perda. As palavras que dirigiu às mulheres em 1934 continuam a fazer sentido nos dias de hoje:

Com a faculdade do voto político tem a mulher brasileira na sua mão, o mais poderoso e eficiente instrumento para fazer triunfar suas lidimas aspirações. Resta como de mister saber usa-lo com consciencia e seguro desenvolvimento, elevando aos varios mandatos do poder temporal, com a contribuição do seu sufragio criterioso o nome dos paladinos dessa causa nobilissima e dos que comungam com esse evangelho de brasilidade. (Daltro, 2021, p.60).

No decorrer de cinco décadas de vida pública, Leolinda de Figueiredo Daltro sempre se apresentou como professora, mesmo abraçando as causas do indigenismo e do feminismo. Ela tinha certeza de seu protagonismo histórico e de seu papel como cidadã, e não deixou que o sistema, a sociedade ou indivíduos a atirassem na marginalidade, utilizando várias estratégias para ocupar um lugar no centro dos acontecimentos. Ela estabeleceu seus próprios critérios sobre o papel político e social das mulheres, reinterpretou a proposta positivista e derrubou barreiras que limitavam os papeis das mulheres.

Referências Bibliográficas

Obras citadas:

ALENCAR, José. (1943). *O guarani*. São Paulo: Clube do Livro.

ALVES, Branca Moreira. (1977). *Em busca de nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil - 1919/1932, fatos e ideologia*. (Dissertação de mestrado), IUPERJ, Rio de Janeiro.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. (1876). *O Selvagem*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Magalhães, 2. Ed..

DALTRO, Leolinda de Figueiredo. (1920). *Da catequese dos índios do Brasil (notícias e documentos para a história) 1896-1911*. Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca.

DALTRO, Leolinda de Figueiredo. (2021). *O início do feminismo no Brasil: subsídios para a história*. Introdução, notas e posfácio de Elaine Pereira Rocha. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

HAHNER, June. (1990). *Emancipating female sex. The struggle for women's rights in Brazil, 1850-1940*. Durham: Duke University Press.

HAHNER, June. (1980). "Feminism, Women's Rights, and the Suffrage Movement in Brazil, 1850-1932". *Latin American Research Review*, v.15. n. 1, p. 65-111. doi: 10.1017/S0023879100032544.

HAHNER, June E. (1981). *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas. 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense.

ROCHA, Elaine. (2002). Entre a pena e a espada: A trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935). (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROCHA, Elaine P. (2020). Guerreiras ou anjos? As mulheres brasileiras e a Grande Guerra". *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, p. 1-15.

ROSADO, Danielli P. (2016). *A educação da mulher no pensamento rousseauiano: uma hermenêutica para além da formação do homem*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Pelotas.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1999a). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1999b). *Emílio ou Da educação e Discurso sobre a origem e os fundamentos da Desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1994). *Julia ou a Nova Heloísa*. São Paulo: Hucitec.

TRINDADE, Etelvina M. de Castro. (1996). *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Farol do Saber.

Literatura Secundária

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. (2018). *O voto feminino no Brasil*. Brasília, Edições Câmara.

Rocha, Elaine. (2021). A feminização da educação: visões do trabalho de professoras na Primeira República. In ROIZ, Diogo (ed.). *As concepções de ensino no Brasil Republicano*. Jundiaí: Paco Editorial, p. 49-67.

ROCHA, Elaine. (2013). Os caminhos dos sertões são mais árduos para uma mulher. Notas sobre a excursão de Leolinda de Figueiredo Daltro aos sertões (1896-97). *Outros Tempos*, v.10, n.15, p.146-172.

<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/>

ROCHA, Elaine. (2016). Vida de professora: ideias e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a Primeira República. *Mundos do Trabalho*, v.8, n.15, p. 29-47.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/2485/showToc>